

Relatório Integrado 2019 – Ano base 2018

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Relatório integrado

Sumário

1. VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO.....	3
1.1. CAPITAL FINANCEIRO.....	7
1.2. CAPITAL MANUFATURADO	9
1.3. CAPITAL INTELECTUAL	9
1.4. CAPITAL HUMANO.....	10
1.5. CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO.....	11
1.6. CAPITAL NATURAL	15
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	18
3. OPORTUNIDADES E RISCOS.....	20
4. ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	20
5. MODELO DE NEGÓCIOS.....	24
6. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO.....	28
7. PANORAMA FUTURO.....	30

Apresentação

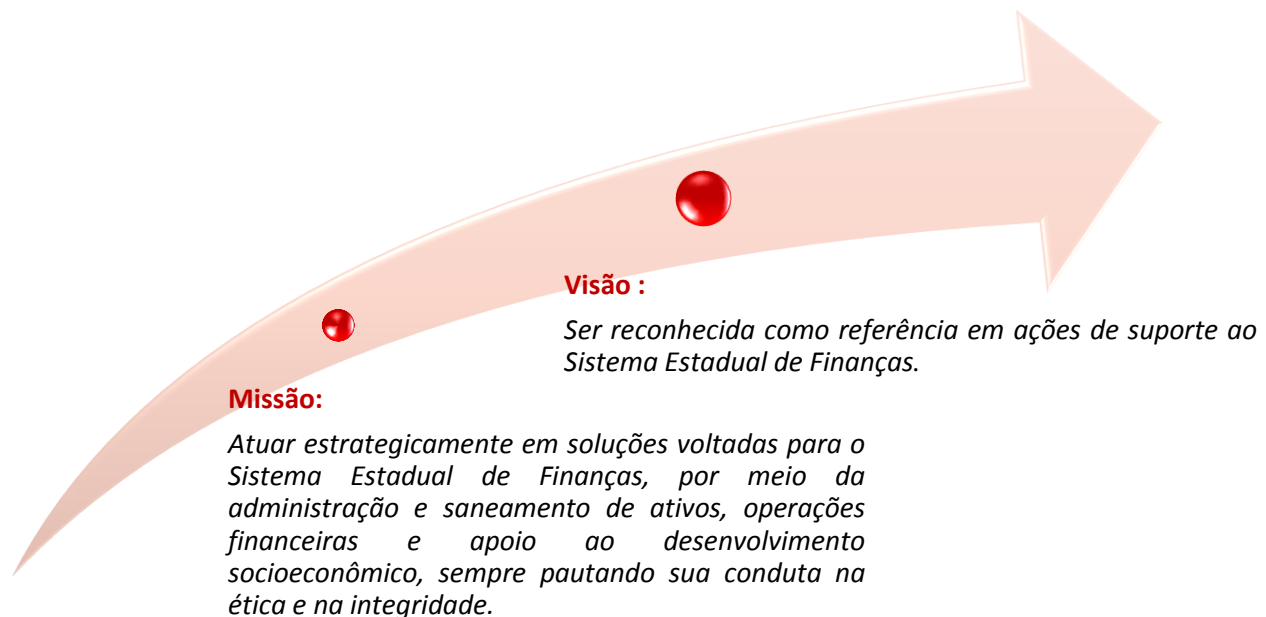
O Relatório Integrado 2019, ano base 2018 divulga aos funcionários, acionistas, investidores, clientes e representantes do governo o nosso jeito de operar e gerir nossos negócios e seus decorrentes impactos nas esferas econômica, ambiental e social.

Este relatório foi elaborado de acordo com a proposta de projeto de RI – Relatório Integrado divulgado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), e seu objetivo é demonstrar nossa criação de valor, em alinhamento aos princípios do Relato.

Os dados econômico-financeiros estão em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os valores apresentados referem-se ao nosso desempenho e ao da empresa que controlamos, em observância às normas vigentes e às práticas brasileiras aplicáveis às companhias abertas, conforme as demonstrações contábeis disponíveis no site Institucional/ Demonstrações Contábeis (www.mgipart.com.br/institucional/exercicio-2018).

1. Visão Geral da Organização e Ambiente Externo

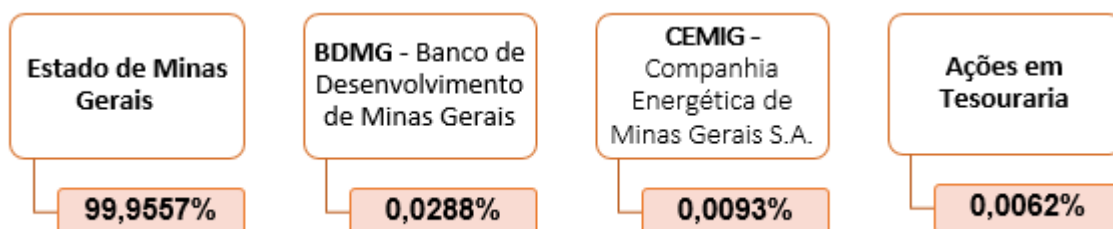
Missão e visão



Valores



Estrutura Societária



A Companhia, no ano base deste Relatório, detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,02%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,02%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- Codemge – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,001%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,95%.

Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") é uma pessoa jurídica de direito privado,

organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”). Embora seu foco principal seja a administração de ativos (créditos e imóveis), a MGI possui amplo objeto social, que lhe permite atuar de forma estratégica na oferta de soluções diversificadas para a Administração Pública.

Seu objeto social compreende:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros

instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

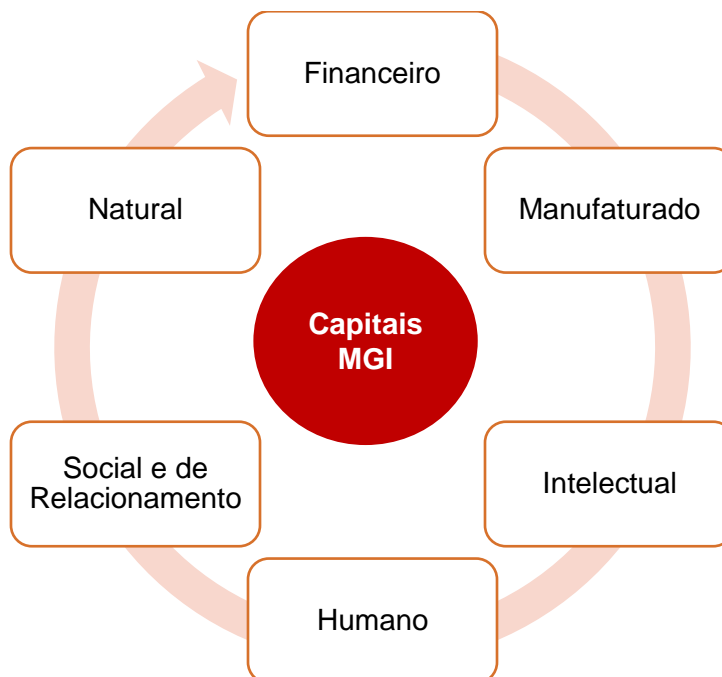
Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2018.

Capitais

A atuação da Companhia e sua interação com os ambientes interno e externo ocorrem por meio de seus capitais. A MGI possui clara percepção e consciência que todos os seus capitais são de extrema importância e interdependência, sendo primordiais para a criação de valor e a consecução de seus objetivos.

Por esse motivo, apresentamos neste relatório as informações relevantes sobre os capitais que compõem nosso modelo de negócios:



1.1. Capital financeiro

Compostos pelos recursos financeiros que poderão ser utilizados pela companhia, para o desempenho de suas operações. Compreendem os mesmos recursos considerados pelas normas brasileiras de contabilidade como caixa e equivalente de caixa:

Caixa: compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis;

Equivalente de caixa: são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2018, a Companhia apresentou em seu caixa e equivalentes de caixa os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	1.538	101	1.550	114
Aplicações financeiras	2.608	7.860	2.988	8.869
	4.146	7.961	4.538	8.983

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa3 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

O capital financeiro pode ter sido obtido pelo financiamento de capital de terceiros ou próprios, como dívidas, ações, ou gerados por atividades operacionais ou de investimento. O conceito utilizado para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, como segue:

Fluxos de caixa são entradas e saídas de caixa e equivalente de caixa decorrente das:

Atividades operacionais, que são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento;

Atividades de investimento, que são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos, não incluídos no equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento, que são aquelas que resultam em mudanças no tamanho da composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do Exercício		226.858	(12.480)	226.858	(12.480)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		44	44	44	44
Redução ao valor recuperável direitos creditórios		23.345	251.690	23.164	251.574
Resultado de ajustes a valor justo		(265.450)	(286.718)	(265.450)	(286.718)
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.117	1.917	-	-
Provisão para perdas em participações societárias	12	2.308	7.030	2.308	7.030
Amortização de custo de transação	19	405	563	405	563
Variação monetária líquida		46.257	68.690	46.257	68.690
		35.884	30.736	33.586	28.703
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	7	(51.822)	1.095	(79.997)	(84.119)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	(396)	20.285	(396)	20.285
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	1.834	2.341	2.000	2.381
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	26.029	49.333	26.029	49.333
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	624	10	624	101
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais		(1.495)	13	678	714
(Aumento)/(Diminuição) de outras contas do ativo		37	(26)	765	(717)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		(3)	54	161	63
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		1.084	(2.589)	1.218	(2.323)
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	14	12.855	(1.509)	11.163	144
Recebimentos de créditos autônomos	7	36.149	115.197	36.149	115.197
Juros pagos sobre debêntures subordinada	13	(15.000)	(76.864)	(15.000)	(76.864)
Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão	13	-	(1.516)	-	(1.516)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	13	(69.241)	(103.791)	(69.241)	(103.791)
Amortizações de debêntures 3ª emissão	13	-	(28.630)	-	(28.630)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(23.462)	4.139	(52.261)	(81.039)
Aquisições imobilizado/intangível		(4)	(1)	(4)	(1)
Aquisição de investimento		(18)	(23.453)	(18)	(23.453)
Aumento de capital em controlada/coligada		(28.170)	(86.060)	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(28.192)	(109.514)	(22)	(23.454)
Integralização de capital	17	47.838	106.169	47.838	106.169
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		47.838	106.169	47.838	106.169
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3.815)	794	(4.445)	1.676
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		4.146	7.961	4.538	8.983
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		7.961	7.167	8.983	7.307
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3.815)	794	(4.445)	1.676

1.2. Capital manufaturado

Refere-se aos bens corpóreos que a companhia classifica no ativo imobilizado, utilizados para a geração de valor por meio das atividades da empresa.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO EM 31/12/2018

ATIVO	SALDOS EM 31/12/2017	MOVIMENTAÇÕES EM 2018		DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2018
		AQUISIÇÕES	BAIXAS		
Instalações Comerciais	29.380,00	-	-	(13.465,65)	15.914,35
Móveis e Utensílios	99.244,78	3.325,87	-	(87.610,96)	14.959,69
Aparelhos e Telefônicos	1.479,00	-	-	(1.479,00)	-
Computadores e Periféricos	256.185,51	-	-	(237.115,78)	19.069,73
Máquinas e equipamentos	22.853,11	-	-	(20.667,91)	2.185,20
Intangíveis	398.061,49	-	-	(391.461,51)	6.599,98
TOTAIS	412.851,76	3.325,87	-	(362.434,05)	53.743,58

1.3. Capital intelectual

Formado por bens intangíveis que podem estar reconhecidos como ativos da empresa quando atenderem aos critérios de reconhecimento, tais como marcas e patentes. As normas de contabilidade definem ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física.

A companhia, em 2018, registrou seus ativos intangíveis como:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL EM 31/12/2018

ATIVO	SALDOS EM 31/12/2017	MOVIMENTAÇÕES EM 2018		DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2018
		AQUISIÇÕES	BAIXAS		
Intangíveis - <i>Software</i>	398.061,49	-	-	(391.461,51)	6.599,98
TOTAIS	398.061,49	-	-	(391.461,51)	6.599,98

1.4. Capital Humano

Formado por bens intangíveis não reconhecidos como ativo da empresa, pois decorrem dos seus colaboradores e sobre os quais a companhia não tem controle, como as competências, capacidades e experiências das pessoas, bem como suas motivações para inovar. Com gestão focada no desempenho das pessoas, a Companhia analisa o cenário do mercado, adaptando-se às tendências e implantando melhorias em programas e processos de Recursos Humanos.

Emprego

Com capital humano que abrange um universo de 86 pessoas, entre funcionários efetivos, recrutamento amplo e direção, conforme demonstrado no quadro abaixo.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
(Constituição Estadual, art.73, § 3º, acrescido pela EC nº 61 de 23.12.03).		
Referente ao ano de 2018 - R\$		
CARGO/FUNÇÃO	Média	TOTAIS
Direção Superior	20	1.789.783,41
Recrutamento Amplo	10	901.198,03
Cargo Efetivo	56	5.207.847,70
Subtotais	86	7.898.829,14
Encargos Patronais		2.226.917,43
TOTAIS	86	10.125.746,57

Estagiários, Jovens e Menores aprendiz

A MGI valoriza seus profissionais desde os seus primeiros passos investindo no desenvolvimento de suas carreiras. Anualmente, contratamos estudantes universitários para atuar nas diversas gerencias da companhia. Apoiamos também o Programa Jovem Aprendiz, que é uma política pública que coloca adolescentes no mercado de trabalho, ganhando um salário e fazendo um curso de profissionalização em alguma área específica. Ou seja, é a mistura da educação com a prática no mercado de trabalho.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
CARGO/FUNÇÃO	Média	TOTAIS
Estagiários	15	132.949,99
Menor Aprendiz	4	86.364,31
Adolescente Aprendiz	6	152.713,56
TOTAIS		372.027,86

Treinamento e educação

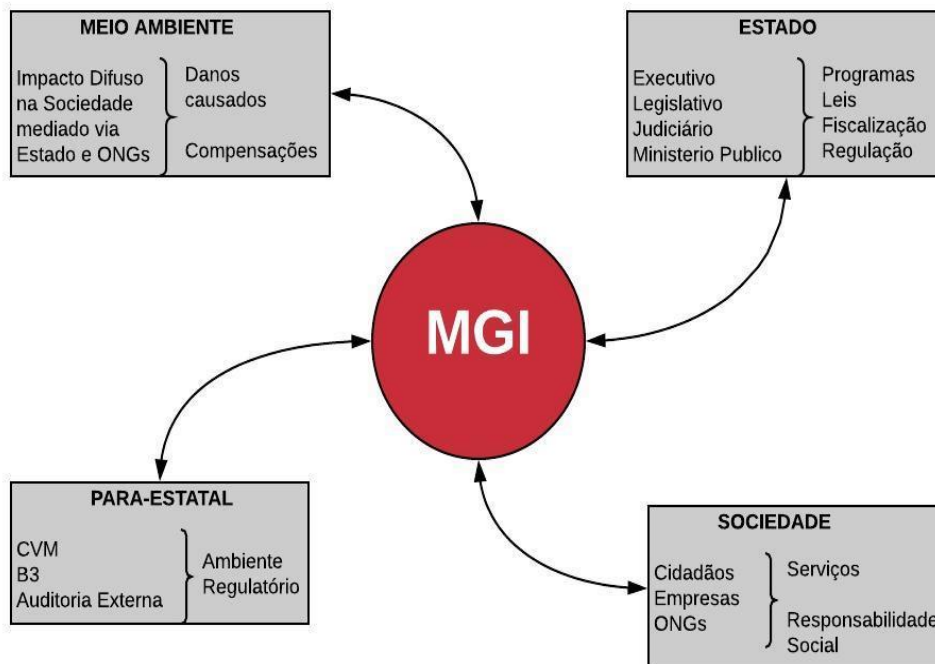
Em um ano de grandes desafios, a MGI não descuidou do aperfeiçoamento de sua equipe. Ações de desenvolvimento foram expandidas para as áreas. Em 2018, foram consumidas em torno de 899 horas de treinamentos, palestras e seminários, para todos os cargos e funções.

TREINAMENTOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS - EM 2018	
CARGOS	HORAS
Conselheiros e Diretores	408
Superintendente/Gerentes/Consultores	228
Auxiliares/Assistentes/Advogados/Contadores/Economista/Administrador	263
TOTAL DE HORAS	899

1.5. Capital Social e de Relacionamento

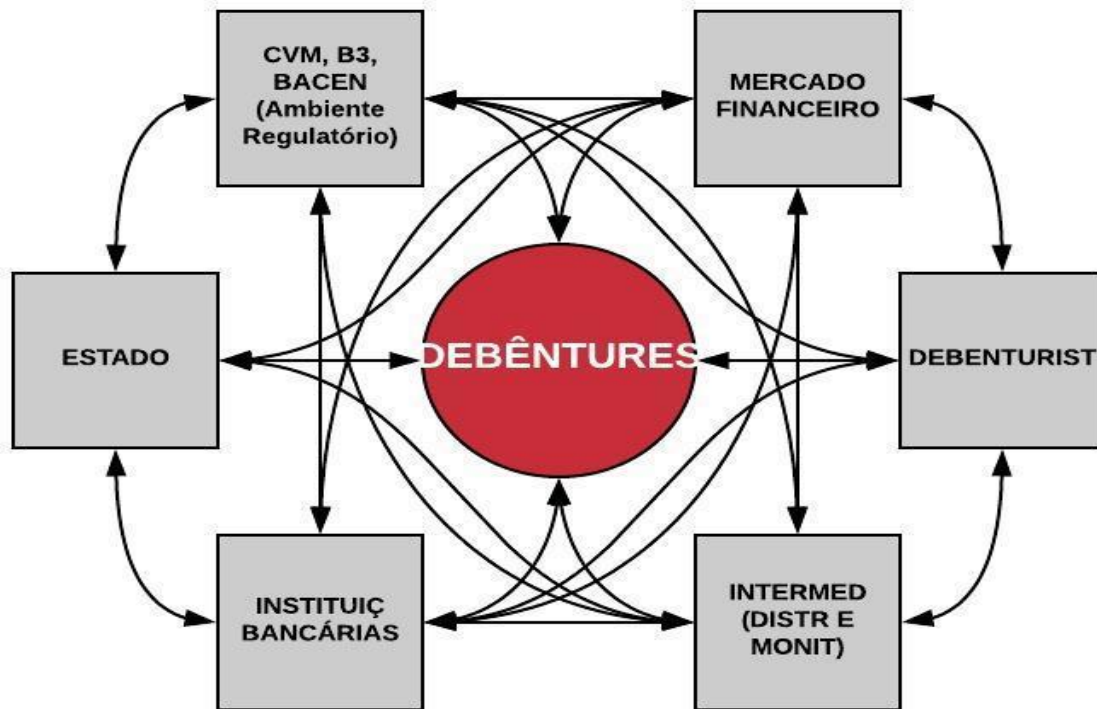
Por meio de processos de engajamento com seus públicos de interesses (*stakeholders*), a MGI diferencia seu público em relação aos ambientes externo e internos conforme demonstrado nos quadros abaixo:

STAKEHOLDERS - Ambiente Externo - MGI

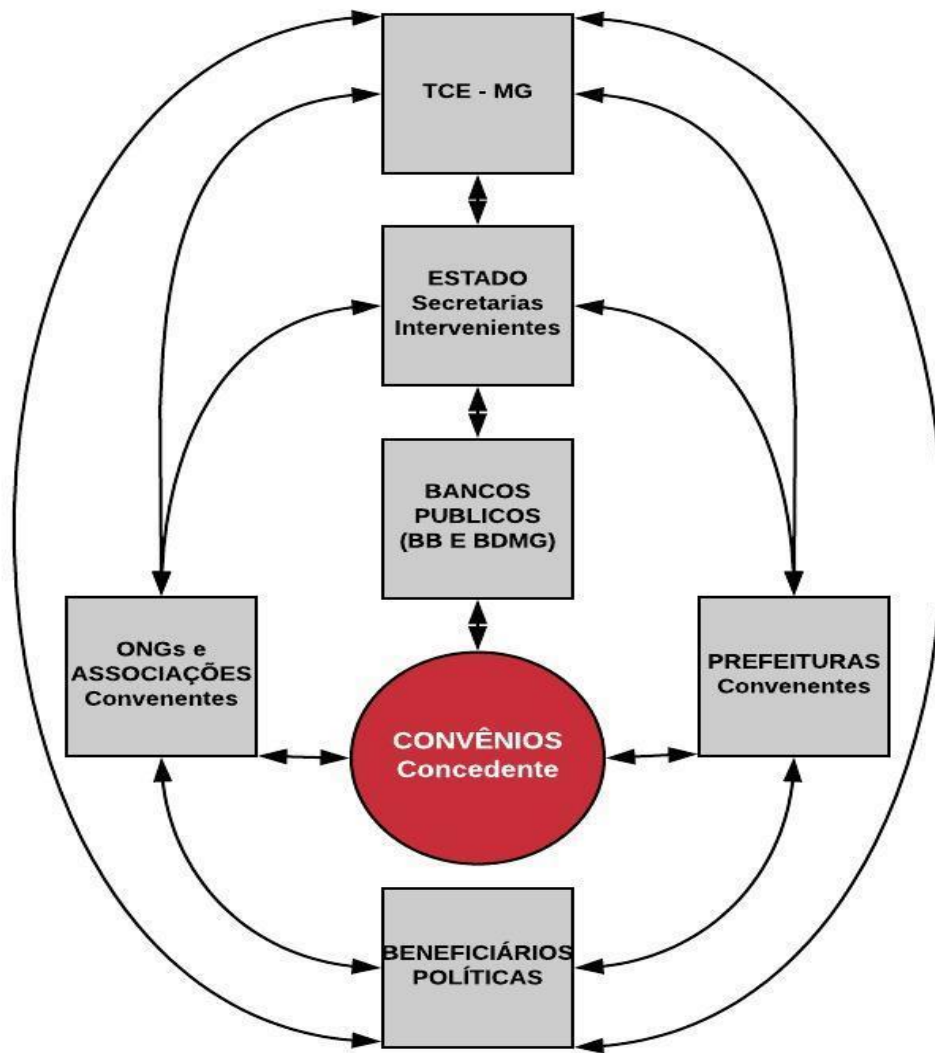


Ambiente Negocial Interno - MGI

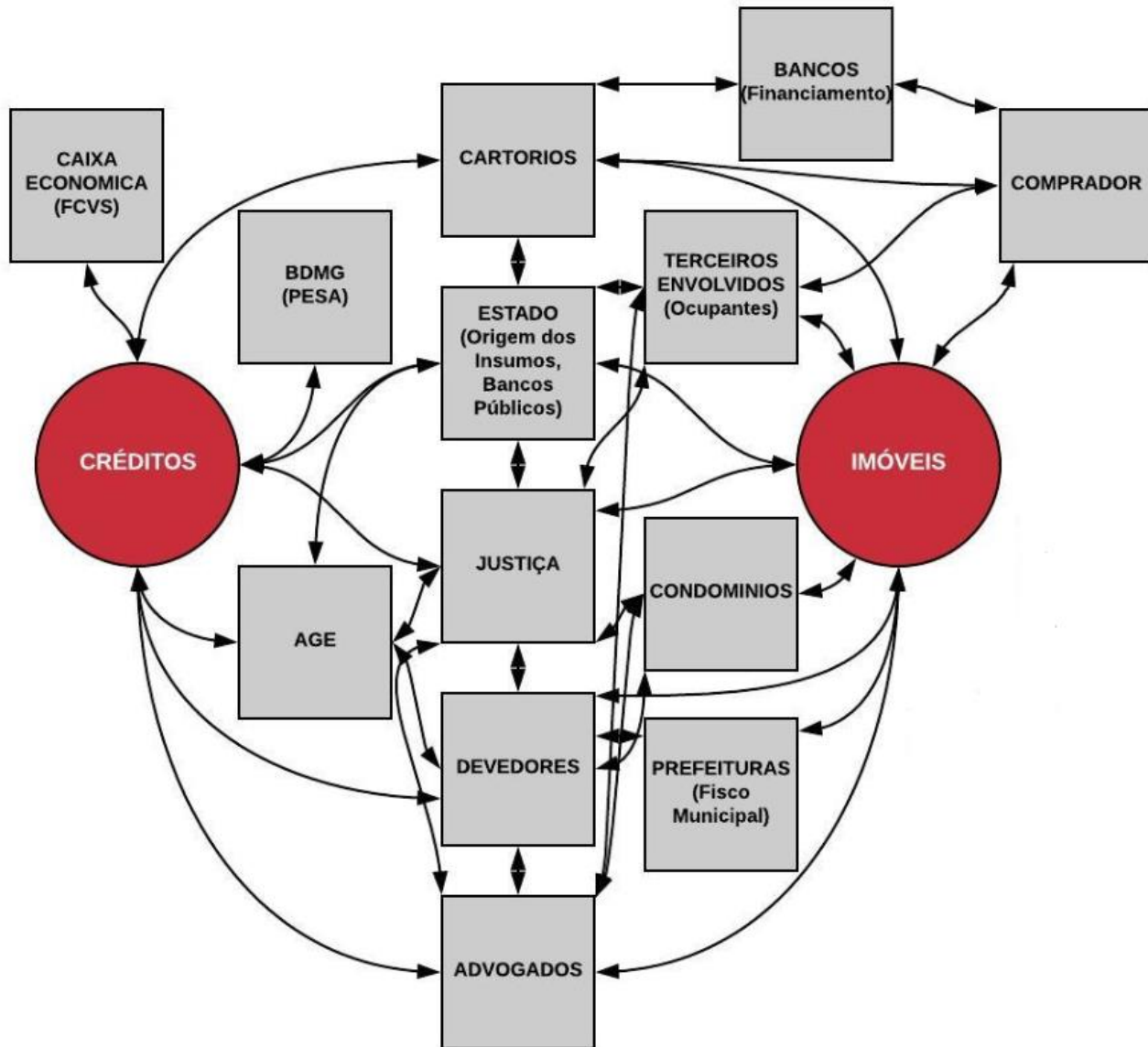
STAKEHOLDERS - Área Debêntures



STAKEHOLDERS - Convênios



STAKEHOLDERS - Áreas de Recuperação de Créditos e Venda de Imóveis



1.6. Capital Natural

A gestão do capital natural da MGI está atenta a questões relacionadas aos ecossistemas e a utilização saudável dos recursos naturais envolvidos na sua localização física, na Cidade Administrativa. Estamos engajados no Programa Ambientação, que é um programa de comunicação e educação socioambiental, criado em 2003, que tem o objetivo de promover a sensibilização para a mudança de comportamento e a internalização de atitudes ecologicamente corretas no cotidiano dos funcionários públicos em Minas Gerais.

O Programa é coordenado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, por intermédio da Comissão Gestora Ambientação, atuando nas linhas de ação “Consumo Consciente” e “Gestão de Resíduos”. Nelas são desenvolvidas campanhas e ações que contribuem para melhorar a qualidade de vida com ações simples em um esforço coletivo.

Objetivos do Programa:

O **Programa Ambientação** tem como principal objetivo a mudança de hábitos e atitudes dos servidores públicos estaduais, por meio da promoção do consumo consciente para a redução do consumo de água, energia, papel e plástico, além da coleta seletiva. Essas ações combatem o desperdício e contribuem para a economia dos recursos naturais e financeiros.

Além disso, sua vertente social é expressa na mobilização e doação de materiais recicláveis para as associações e cooperativas de catadores, contribuindo para o aumento de renda e resgate da cidadania desses importantes agentes ambientais, ainda em grande vulnerabilidade social em nosso país.

Linhas de ação:

O Ambientação incentiva a apropriação do conceito dos 5 R's - Repensar, Recusar, Reduzir, Reaproveitar e Reciclar - por meio das linhas de ação “Consumo Consciente” e “gestão de Resíduos”.

O objetivo da linha Consumo Consciente é sensibilizar os servidores para a responsabilidade quanto ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública, possibilitando a economia de recursos naturais, redução de desperdícios e o reaproveitamento de materiais; além de dar preferência, no momento das compras, aos produtos com diferenciais ecológicos, seja na sua constituição (reciclável), seja em seu processo produtivo (menor consumo de energia, quantidade de matéria-prima e geração de resíduos).

A segunda, Gestão de Resíduos, possibilita destinar adequadamente os resíduos das Instituições, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e contribuir para a geração de trabalho e renda das associações de catadores de materiais recicláveis, que recebem os materiais das Instituições por meio de doações.

Indicadores do Programa:

Para mensurar a eficiência da educação ambiental como instrumento de gestão, o Programa Ambientação possui indicadores definidos para monitorar o consumo de água, energia elétrica, copos descartáveis, papel A4 e a qualidade da coleta seletiva nas instituições.

Os dados coletados pelas instituições são registrados no **Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA**, ferramenta desenvolvida com o objetivo de permitir o acompanhamento do desempenho das instituições participantes e gerar relatórios dos resultados.

Indicadores do Programa Ambientação
Consumo de água
Consumo de energia
Consumo de papel A4
Consumo de copos descartáveis
Percentual de recicláveis em relação aos resíduos gerados
Geração total de resíduos

Fonte: ambientacao.meioambiente.mg.gov.br

Instituições participantes:

Atualmente existem 94 instituições com o programa implantado em 50 prédios públicos, contemplando aproximadamente 30 mil servidores. As instituições estão divididas em dois grupos:

- Instituições do Complexo da Cidade Administrativa
- Instituições Externas (fora do complexo da Cidade Administrativa)

A Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada em Belo Horizonte, é a sede oficial do governo do Estado de Minas Gerais e onde está situada a sede da MGI. É composta por seis edificações principais — que abrigam a sede do governo, secretarias de estado, centro de convivência, auditório, prédio de serviços, praças de alimentação e restaurantes. Possui em torno de 270 000 m² de área construída e um público de aproximadamente 17 mil servidores.

Prêmios:

Ao longo desses anos, o Programa Ambientação foi reconhecido pela sua atuação e agraciado com as seguintes premiações:

- Prêmio Excelência em Gestão Pública (2005),
- Prêmio Ambiental Ponto Terra Minas (2006),
- Prêmio Ford de Conservação Ambiental (2006)
- Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade e Amor à Natureza (2011).



Fonte: www.ambientacao.meioambiente.mg.gov.br

2. Governança Corporativa

Com o advento da Lei Federal nº 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), que estabelece o novo Estatuto Jurídico das empresas estatais, a MGI implementou uma série de mudanças com o intuito de aprimorar seus controles internos, políticas e estrutura de governança corporativa. Essas mudanças, entretanto, não são estáticas, mas o início de um novo ciclo de melhoria contínua, que vem propiciando o fortalecimento da estratégia corporativa da MGI.

Entre as principais mudanças implementadas, destacam-se:

- Implementação do Comitê de Auditoria Estatutário, de uma área responsável pela conformidade e gestão de riscos e de uma ouvidoria;
- Maior independência da auditoria interna, com sua vinculação ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Aprovação do Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Aprovação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
- Aprovação do Regulamento Interno de Proteção à Informação;
- Aprovação do Regimento Interno de Treinamento e Avaliação de Membros Estatutários;
- Aprovação dos Regimentos Internos dos órgãos estatutários;
- Aprovação de novas políticas:
 - Política de Indicação de membros dos órgãos estatutários, observando os requisitos e vedações dispostos na Lei das Estatais e os critérios de independência;
 - Política de Transações com Partes Relacionadas;
 - Política de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos;
 - Política de Gestão de Pessoas;
 - Política de Porta-Vozes;
 - Atualização da Política de Divulgação de Informações;
 - Política de Distribuição de Dividendos;
 - Política de Classificação de Informações.

As políticas, regimentos e regulamentos, bem como o novo Estatuto Social, estão divulgados no sítio eletrônico da MGI.

A Companhia promoveu, no exercício de 2018, treinamento externo com o tema “Estatais: Governança, compliance, gestão de riscos, controle interno, integridade, contratações e noções de aspectos estatutários”, do qual participaram os diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria estatutário, superintendente, gerentes e outros colaboradores selecionados. O conteúdo desse treinamento foi disseminado para todos os colaboradores no exercício de 2019.

Acesso à informação

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar as informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, são publicadas no site informações acerca da estrutura organizacional, principais atividades, programas e ações, licitações e contratos, debêntures, concursos públicos, demonstrações contábeis, normas e regulamentos, entre outras, de forma objetiva e em linguagem acessível.

É disponibilizado, ainda, o menu “Fale Conosco” – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores, bem como informações de acesso ao sistema e-Sic – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão do Estado de Minas Gerais.

Política de divulgação de informação relevante

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Brasil, Bolsa e Balcão – B3, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/06/2019.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014, a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

3. Oportunidades e Riscos

A MGI utiliza como base para a elaboração do seu Planejamento Estratégico a Análise SWOT, ferramenta que possibilita a construção de um diagnóstico objetivo sobre a empresa sob a ótica de fatores endógenos (ambiente interno) e exógenos (ambiente externo). Por meio da análise das forças e fraquezas inerentes à empresa e das oportunidades e ameaças provenientes do ambiente em que está inserida, a Administração da MGI elabora sua estratégia visando ao máximo aproveitamento de forças e oportunidades e estabelecendo mecanismos para reduzir fraquezas e impactos das ameaças.

As principais oportunidades e ameaças mapeadas pela Companhia estão relacionadas com o mercado financeiro e de capitais: taxas de juros e cotações de ativos financeiros da Companhia; cenário político do Estado de Minas Gerais, as estratégias e políticas governamentais que afetam direta e indiretamente a MGI; Situação econômico-financeira estadual e nacional; evolução do mercado imobiliário; ambiente tecnológico, que possibilita avanços em diversas áreas.

As oportunidades e ameaças, confrontadas com as forças e fraquezas da Companhia, são o insumo básico para construção da estratégia de longo prazo.

Os principais riscos da Companhia, que possam afetar seus investidores e demais stakeholders, estão divulgados nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras e no Formulário de Referência.

4. Estratégia e Alocação de recursos

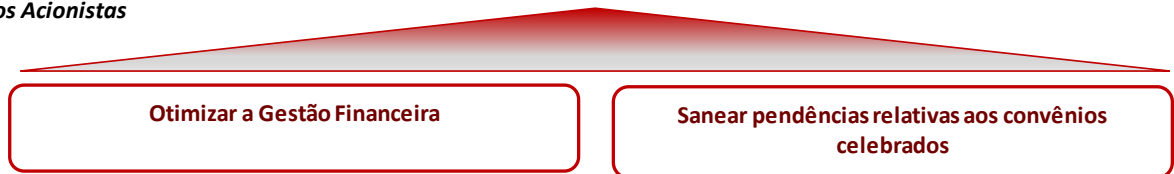
A MGI adota o modelo *Balanced Scorecard (BSC)* para elaboração do seu Planejamento Estratégico e controle dos resultados alcançados, por meio de indicadores de desempenho previamente definidos. O modelo BSC trabalha uma abordagem da estratégia sob distintas perspectivas, as quais coexistem de forma integrada e sistêmica.

Baseada no diagnóstico realizado por meio da Análise SWOT, a MGI elaborou seu mapa estratégico sob quatro perspectivas: perspectiva dos acionistas; perspectiva dos clientes; perspectiva dos processos internos; perspectiva da aprendizagem e crescimento.

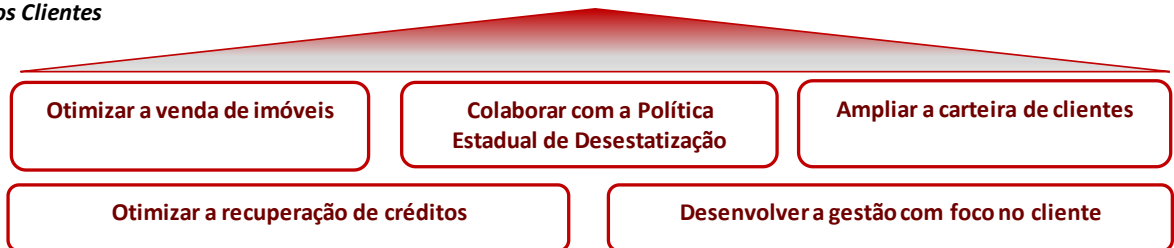
Visão: Ser reconhecida como referência em ações de suporte ao Sistema Estadual de Finanças.

Missão: Atuar estrategicamente em soluções voltadas para o Sistema Estadual de Finanças, por meio da administração e saneamento de ativos, operações financeiras e apoio ao desenvolvimento socioeconômico, sempre pautando sua conduta na ética e na integridade.

Perspectiva dos Acionistas



Perspectiva dos Clientes



Perspectiva dos Processos Internos



Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento



Criação e distribuição do Capital Financeiro

Em um mercado cada vez mais complexo e competitivo, a MGI assumiu a responsabilidade de cuidar para que se realize não apenas os interesses dos acionistas, como também dos demais stakeholders. Neste sentido, a companhia elabora a DVA - Demonstração do Valor Adicionado que contribui para a evidenciação desta obrigação, uma vez que a DVA demonstra não apenas o quanto de riqueza a empresa agregou no período, mas também como esta riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos, stakeholders, relacionados à sua criação.

A DVA evidencia na primeira parte o valor adicionado gerado pela organização e na segunda parte divulga a distribuição desse valor adicionado aos elementos que contribuíram para a geração da riqueza, como segue:

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de serviços	2.021	1.656	4.367	2.270
Receitas de recuperação de créditos	3.728	3.542	3.728	3.542
Receitas de atualização de crédito	69.754	98.761	69.754	98.761
Outras receitas	1.346	733	1.347	830
Receitas	76.849	104.692	79.196	105.403
Custos dos produtos e serviços vendidos	-	-	(2.173)	(745)
Custos processuais	(388)	(256)	(388)	(256)
Serviços tomados de terceiros	(1.678)	(1.512)	(1.856)	(1.719)
Despesas administrativas	(1.851)	(1.794)	(2.736)	(2.683)
Provisão para perdas de investimentos	(2.308)	(7.030)	(2.308)	(7.030)
Encargos financeiros contratuais	(18.808)	-	(18.808)	-
Perda/Recuperação de valores ativos	(23.345)	(251.690)	(23.164)	(251.574)
Insumos adquiridos de terceiros	(48.378)	(262.282)	(51.433)	(264.007)
Valor adicionado bruto	28.471	(157.590)	27.767	(158.604)
Depreciação e amortização	(44)	(44)	(44)	(44)
Valor adicionado líquido	28.427	(157.634)	27.719	(158.648)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.117)	(1.917)	-	-
Resultado de ajustes a valor justo	265.450	286.718	265.450	286.718
Receitas de participações acionárias	54.360	23.102	54.360	23.102
Receitas financeiras	13.477	22.642	13.578	22.860
Valor adicionado total a distribuir	359.597	172.911	361.107	174.032

Distribuição da riqueza

A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

Pessoal – valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício de forma de: remuneração direta, benefícios e FGTS.

Impostos, taxas e contribuições – Valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuições ao INSS, que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Os impostos: **Federais** – incluem os tributos devidos pela união, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios e Autarquias; **Estaduais** - incluem os tributos devidos ao Estado, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias; **Municipais** - incluem os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades.

Remuneração de capitais e terceiros – valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital. Juros, alugueis e outras remunerações com direitos autorais, *royalties*.

Remuneração de capitais próprios - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas. Juros sobre o capital próprio e dividendos e Lucros retidos e prejuízo do exercício.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Remuneração direta	5.035	4.830	5.035	4.830
Benefícios	828	784	828	784
FGTS	543	361	543	361
Pessoal	6.406	5.975	6.406	5.975
Remuneração direta	1.772	1.676	2.778	2.506
Benefícios	-	-	7	-
FGTS	103	99	147	132
Diretoria e conselhos	1.875	1.775	2.932	2.638
Federais	7.193	8.352	7.607	8.602
Municipais	125	110	163	118
Impostos, taxas e contribuições	7.318	8.462	7.770	8.720
Alugueis	40	40	40	40
Obrigações por repasse	672	979	672	979
Despesas financeiras	11	146	12	146
Juros	116.011	167.451	116.011	167.451
Custo de transação de debêntures	406	563	406	563
Remuneração de capitais de terceiros	117.140	169.179	117.141	169.179
Resultado do exercício	226.858	(12.480)	226.858	(12.480)
Remuneração de capitais próprios	226.858	(12.480)	226.858	(12.480)
Distribuição do valor adicionado	359.597	172.911	361.107	174.032

5. Modelo de Negócios

A MGI atua em atividades finalísticas diversas, tendo como principal foco, atualmente, a comercialização de bens imóveis da administração pública direta e indireta. A seguir, uma breve contextualização de cada atividade:

➤ Comercialização de Bens

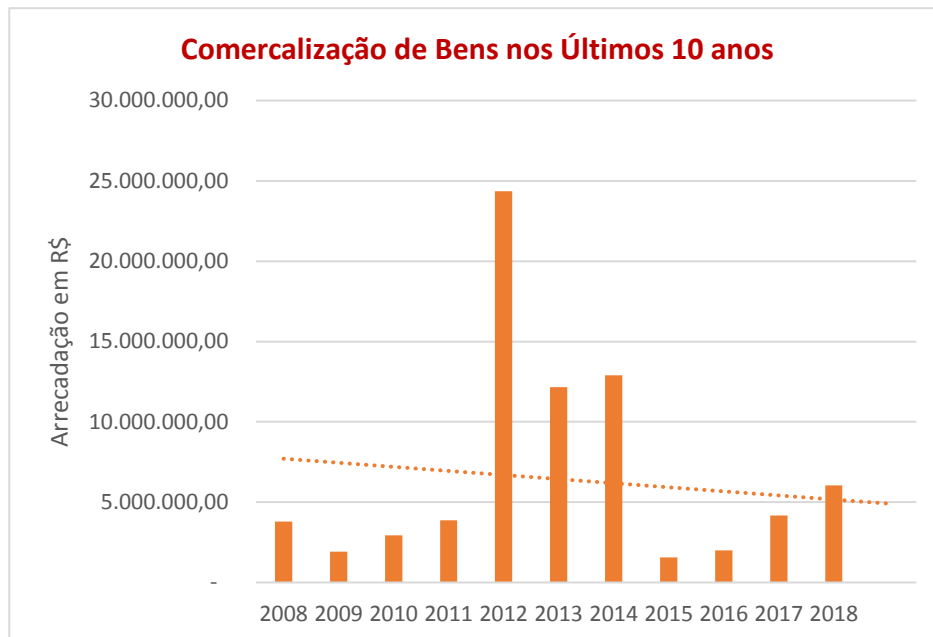
A MGI presta serviços técnicos destinados à alienação de bens imóveis por meio de leilões e concorrências públicas, tendo como principal cliente a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Os serviços compreendem a regularização cartorária, tributária e documental, divulgação, avaliação mercadológica e realização dos processos licitatórios.

A MGI possui um contrato celebrado com a SEF para administração de ativos advindos dos bancos estaduais extintos e privatizados (Minascaixa, Bemge e Credireal), incluindo a alienação dos imóveis adjudicados em face da dívida de credores perante os bancos, e outro para administração e venda de diversos imóveis de propriedade da administração pública estadual.

Além dos serviços prestados a terceiros, a MGI comercializa bens próprios, decorrentes de contratos de cessão onerosa firmados com os bancos Bemge e Credireal. Além disso, na data base deste relatório, a Companhia possui uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., que também comercializa imóveis não de uso de sua carteira própria.

A seguir, os resultados auferidos nos últimos 10 anos:

Período	MGI	EMIP	SEF (Carteira Bancos)	SEF / SEPLAG (Imóveis Diversos)	Outros Contratos
2008	187.500,00	-	3.595.346,85	-	-
2009	163.000,00	-	1.756.003,00	-	-
2010	440.434,00	-	2.486.862,00	-	-
2011	3.373.423,00	-	506.570,00	-	-
2012	-	-	4.114.365,00	20.237.444,00	-
2013	538.500,00	-	1.480.000,00	10.146.191,00	-
2014	-	-	871.250,00	10.481.631,94	1.539.200,00
2015	-	1.166.276,21	390.000,00	-	-
2016	25.101,00	1.040.826,85	928.600,00	-	-
2017	-	614.402,00	1.370.342,18	2.191.999,98	-
2018	674.750,00	2.345.697,89	478.277,00	2.553.500,99	-
TOTAL	5.402.708,00	5.167.202,95	17.977.616,03	45.610.767,91	1.539.200,00



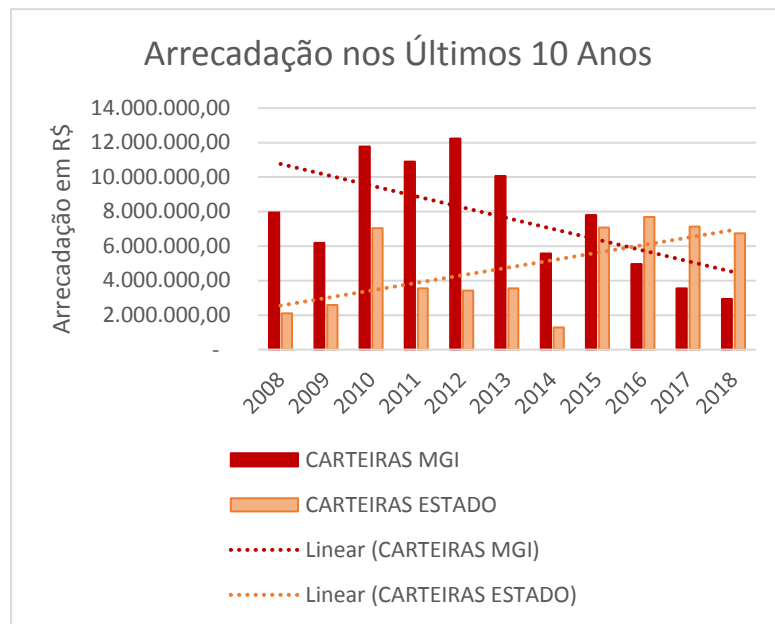
➤ **Recuperação de Créditos**

Em virtude da extinção da Minascaixa e da privatização dos bancos Bemge e Credireal, a MGI atua no saneamento dos créditos em liquidação advindos desses bancos. No final da década de 90, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa com o Bemge e o Credireal, tornando-se proprietária de parte desses créditos. Por força do contrato de cessão firmado com o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos acionistas do extinto banco, sendo o Estado de Minas Gerais acionista majoritário com 77,22% de participação no mencionado resultado. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à MGI.

A atividade abrange, também, a gestão e a recuperação de créditos em liquidação de propriedade do Estado de Minas Gerais, mediante contrato de prestação de serviços. Esses créditos são provenientes da privatização dos supracitados bancos e da extinção da Minascaixa, contemplando, inclusive, a novação de contratos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Correlato a esse contrato, a MGI possui um contrato com a Advocacia Geral do Estado (AGE) para fornecer suporte administrativo à coordenação responsável pelos processos judiciais relacionados aos ativos e passivos oriundos desses bancos.

Nos últimos anos, a MGI arrecadou em suas carteiras próprias e nas carteiras do Estado os seguintes valores:

PERÍODO	CARTEIRAS MGI	CARTEIRAS ESTADO
2008	7.954.799,84	2.109.503,27
2009	6.190.623,44	2.588.581,54
2010	11.770.023,83	7.043.894,92
2011	10.902.888,70	3.553.639,65
2012	12.229.376,53	3.411.810,03
2013	10.060.901,47	3.546.377,76
2014	5.576.425,75	1.280.277,16
2015	7.800.406,97	7.082.829,70
2016	4.959.976,83	7.680.080,07
2017	3.542.140,71	7.138.259,61
2018	2.946.775,12	6.745.653,49
TOTAL	83.934.339,19	52.180.907,20



➤ Participações Societárias

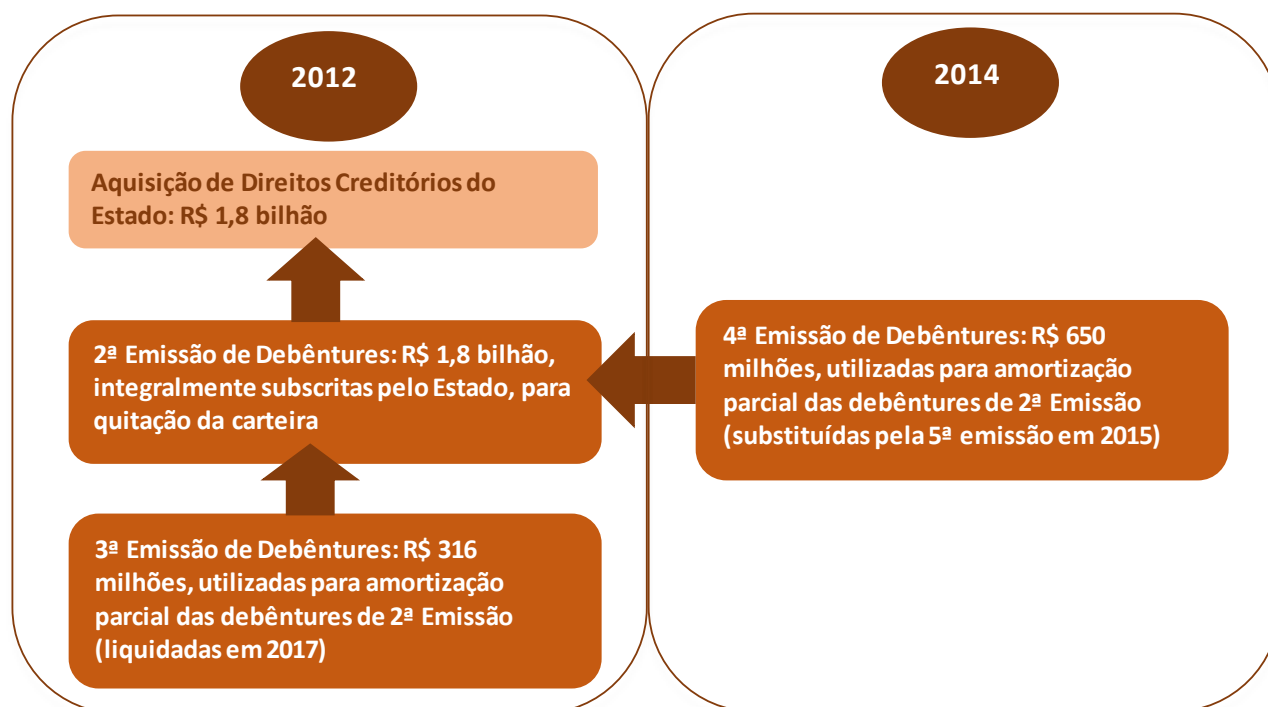
A participação societária em empresas em fase de instalação ou expansão foi a primeira atividade fim da MGI. Atualmente, embora a Companhia não atue em novas participações com essa finalidade, possui ainda participação societária em empresas nas quais investiu no passado:



As principais receitas provenientes dessa atividade são dividendos e juros sobre capital próprio, distribuídos pelas empresas investidas, sobretudo pela CEMIG, na qual a da MGI participação é mais significativa.

➤ Debêntures e Direitos creditórios

Com o intuito de contribuir com o Sistema Estadual de Finanças, a MGI possui como um de seus objetivos sociais a aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos por meio de operações de mercado de capitais para aquisição desses créditos. Nesse contexto, a MGI realizou as seguintes emissões de debêntures:



A Companhia recorreu ao mercado de capitais para viabilizar ao Estado cerca de R\$ 966 milhões na forma de amortizações das debêntures de 2ª emissão (subordinadas). Além desses valores, a Companhia utilizou recursos próprios, oriundos da própria carteira de direitos creditórios e outras receitas, para viabilizar ao Estado cerca de R\$ 406 milhões na forma de amortizações intermediárias das debêntures subordinadas, entre 2012 e 2018. Atualmente, estão vigentes a 2ª e a 5ª emissões.

➤ Convênios

De 2013 a 2018, a MGI firmou convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, em parceria com Secretarias de Estado de Minas Gerais, com o objetivo de promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Os repasses de recursos aos convenientes originam-se de aportes de capital do Estado de Minas Gerais na MGI destinados a essa finalidade.

Foram celebrados, no total, 1.521 convênios, destinados a obras de infraestrutura rodoviária, infraestrutura municipal, melhoramento de vias públicas, saneamento básico e outros.



Atualmente, a Companhia vem atuando na análise das prestações de contas desses convênios, buscando sanar todas as pendências a fim de encerrar esses convênios.

6. Desempenho Operacional e Financeiro

Na companhia, os números demonstram o resultado das decisões, conquistas, reveses, parcerias e relacionamentos. Por isso, os números do resultado financeiro da MGI são fundamentais para entender esta caminhada compartilhada com nossos *stakeholders* e partes relacionadas.

Receita Operacional Líquida

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$180.889 mil, 8% inferior ao mesmo período de 2017, quando alcançou R\$196.025 mil.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a receita de variação monetária ativa dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 29%, em virtude, principalmente, da redução da taxa Selic; (ii) a receita de amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 28% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da redução do saldo a amortizar. Essas receitas representaram, respectivamente, 39% e 28% da receita operacional líquida do período.

Custo Operacional

O custo operacional totalizou R\$200.118 mil no exercício, inferior em 24% ao exercício anterior, quando atingiu R\$263.280 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizaram R\$116.011 mil no exercício, representando 58% do custo total. Este custo apresentou diminuição de 31% em relação ao ano anterior, em virtude da liquidação da 3ª emissão, em agosto de 2017, e da redução da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, cuja remuneração é indexada à taxa DI.

Outro item relevante para o custo total foi a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$56.351 mil no exercício, 35% inferior ao exercício de 2017. Os demais custos foram pouco representativos para os resultados da empresa.

Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$19.229 mil no exercício, enquanto no exercício ano anterior houve resultado negativo de R\$67.255 mil.

A redução daquele resultado deveu-se, principalmente, à diminuição da taxa de juros, que proporcionou uma significativa redução do custo com debêntures, e ao aumento da receita de participação acionária.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 45,2%, de R\$17.467 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$9.577 mil em 31 de dezembro de 2018.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos. A redução se deu pela diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão do pagamento das debêntures.

LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2018, LAJIDA positivo de R\$217.325 mil. No exercício anterior, o indicador foi negativo, no valor de R\$29.903 mil.

LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

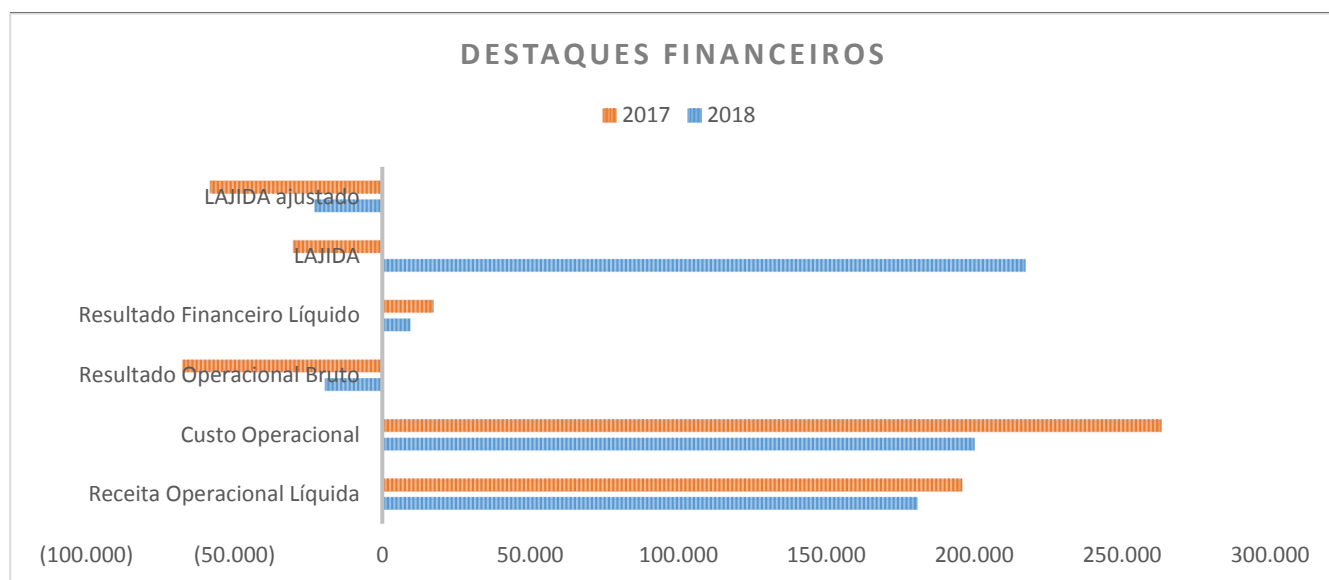
- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.

- Provisão para perda em participações societárias.
- *Impairment* dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade da subsidiária EMIP).

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$22.653 mil em 31 de dezembro de 2018. No exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$58.018 mil.

Resultado Líquido

A Companhia obteve resultado operacional negativo e decréscimo no lucro financeiro auferido no exercício. A empresa apresentou um lucro líquido de R\$226.858 mil no exercício de 2018, enquanto, no exercício anterior, obteve resultado líquido negativo de R\$12.480 mil.



7. Panorama futuro

Carta da Administração

Durante o ano de 2018, a MGI atuou na prestação dos serviços de administração de ativos e suporte administrativo prestados ao Estado por meio de contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF) e com a Advocacia Geral do Estado (AGE). Destacam-se, ainda, o Programa de Investimento em Convênios e os pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas (PPP) por intermédio da subsidiária EMIP.

A recessão econômica vivenciada pelo país de uma forma geral e pelo Estado de Minas ainda afeta negativamente a Companhia, impactando, sobretudo, no aumento da inadimplência dos parcelamentos que compõem a carteira de Direitos de Crédito Autônomos. A comercialização de bens imóveis e a celebração de acordos para recuperação de créditos em liquidação também é significativamente afetada pela crise. Apesar do mercado desfavorável, com empenho e profissionalismo, a MGI conseguiu, neste período, obter resultados superiores ao do ano anterior.

Em alguns aspectos, o mercado mostrou-se favorável à MGI, que obteve uma expressiva redução do custo das debêntures emitidas em razão da redução da taxa de juros. Além disso, o resultado de ajuste a valor justo do direito creditório sobre as ações emprestadas pela Companhia foi fator determinante para o lucro obtido no período.

Para o período de 2019 a 2023, planeja-se uma atuação mais focada na administração e saneamento de ativos, especialmente alienação de imóveis, abrangendo novos contratos com órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais e adoção de novas estratégias para otimizar a recuperação de créditos com base em estudo interno realizado pela Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração. O planejamento para essas atividades inclui a modernização do componente de marketing focado nas mídias digitais, com o objetivo de alavancar as vendas, visando à obtenção de excelentes resultados para a Companhia e seus clientes e, indiretamente, à sociedade, que se beneficia da melhoria das finanças públicas; a utilização de sistema eletrônico de leilões. Para a recuperação de créditos, a revisão dos atuais parâmetros de recuperação com foco na desburocratização dos procedimentos a fim de facilitar os trâmites para a efetiva realização de acordos.

A Companhia está atenta às oportunidades de mercado e preparada para assumir novas demandas conforme as necessidades e estratégias de seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, especialmente no que tange à Política Estadual de Desestatização, no que a MGI atuar como parceira estratégica do Estado na administração e saneamento desses ativos e na absorção de atividades remanescentes de empresas privatizadas.

Em relação ao desenvolvimento do capital humano, a companhia aumentará o investimento em treinamentos, palestras e seminários, bem como em pesquisas internas, com o intuito de avaliar como está o grau de satisfação dos funcionários em relação a companhia.

Reconhecendo a importância do capital humano, o panorama futuro abrange também a promoção de uma série de mudanças positivas dentro da empresa, com maior abertura para conhecer as opiniões. Planeja-se, por meio de uma pesquisa de clima organizacional, conhecer e atuar em relação aos anseios e queixas dos funcionários, com a finalidade de melhorar o local onde trabalham. A pesquisa é um dos principais meios para avaliar o desempenho, planejar ações e sempre trabalhar em busca de um processo de melhoria contínua, proporcionando um ambiente agradável para todos diariamente.

Em relação ao capital social e de relacionamento, traçamos metas e planos de ação para a disseminação da cultura de integridade na empresa e uma maior participação social por meio do amadurecimento dos canais de transparência ativa, passiva e de ética, abrangendo a ouvidoria.

Mais um ponto de melhoria contínua será no Relatório Integrado, com o desenvolvimento de um pensamento integrado em que todas as áreas da empresa internalizem a contínua reflexão sobre os impactos e externalidades de suas atividades, visando à melhoria dos indicadores relativos a cada capital que compõe nossos negócios.

Agradecemos especialmente o apoio permanente de nossos acionistas, que nos conduzem para o alcance de objetivos estratégicos, e reconhecemos o esforço e a competência de nossas equipes em produzir resultados, com criação de valor para todos os públicos de relacionamento.

Metodologia de elaboração do relatório

A MGI publica pela primeira vez o Relatório Integrado com base no modelo IIRC, do Conselho

Internacional para o Relato Integrado. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e objetivo. Foram selecionadas informações de reportes corporativos já publicados, incluindo o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis, as notas explicativas, os pareceres das auditorias, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e o cenário de metas e riscos estratégicos.